



NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS COMO FUNDAMENTO PARA A EDUCAÇÃO

Eliane Machado Corrêa Cardoso,
Diuliane de Castilhos Paim,
Fernanda Dinarowisk

Este artigo é resultado das leituras e reflexões realizadas através do Pibid (subprojeto História), na Universidade de Caxias do Sul. Em linhas gerais discutimos alguns elementos constitutivos da relação entre educação, classes sociais e políticas públicas, partindo dos conceitos desenvolvidos pela assistente social Potyara Pereira. O tema das políticas públicas está no centro da relação entre estado, necessidades básicas e classe. A partir disso propomos a aplicação de um questionário sócio-econômico-cultural em diferentes escolas onde o Pibid atua, para através da análise das respostas dos alunos estabelecer estas relações. Concluímos que a escola atua diretamente como um aparelho de controle, como pensa Althusser, e que o sucateamento da educação pública é um interesse da classe dominante. Procuramos neste sentido contribuir com o debate acerca da temática em tela.

Com base na definição feita por Potyara Pereira (2000), as necessidades básicas, são aquelas que em todos os tempos, lugares e culturas são comuns aos seres humanos e fundamentais para o desenvolvimento de uma vida digna. Como característica fundamental, o não acesso ao básico, implicaria em sérios prejuízos à vida material dos indivíduos e a atuação dos mesmos como sujeitos informados e críticos.

O não atendimento das necessidades com impactos negativos coloca em prejuízo a capacidade de viver física e socialmente. As necessidades básicas são objetivas porque sua especificação teórica independe da vontade do indivíduo, e universais porque os prejuízos são os mesmos para todos os indivíduos em qualquer lugar do mundo. Para os autores, existem dois conjuntos de necessidades básicas: saúde e autonomia. Não é necessário explicar por que a saúde é uma necessidade básica, uma vez que sem saúde ficamos impedidos de viver. Vale lembrar que para que haja saúde é necessário garantir certas condições mínimas, como alimentação adequada com a finalidade de suprir e nutrir com qualidade evitando diversos tipos de doenças e moradia satisfatoriamente segura, protegendo o indivíduo das intempéries da natureza e das possíveis violências sociais.



Como autonomia entendemos a capacidade pessoal de cada indivíduo de fazer suas escolhas e eleger suas crenças, para tanto ele precisa de boa saúde mental, habilidade cognitiva e oportunidade de participação social.

“A habilidade cognitiva para participar socialmente inclui a compreensão das pessoas acerca das regras de sua cultura e a sua capacidade de raciocinar sobre essas regras e interpretá-las. Isso requer tanto habilidades culturalmente específicas quanto universais.” (PEREIRA 2000, P.71)

A partir do entendimento das necessidades humanas básicas podemos fazer a análise da proteção social, dos direitos sociais e da sua materialização através das políticas públicas sociais, que no Brasil nos são garantidas pela constituição brasileira de 1988, como dever do Estado e direito de cidadã, conforme explicito no Art.6º:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

A educação, como nos garante a constituição, é um direito social. Entretanto a proteção social brasileira, voltada para o mercado de trabalho e a serviço do capital não a contempla, visto que a seguridade social está pautada na saúde, na previdência e na assistência, como meio de manter e reproduzir a classe operária deixando a educação de fora.

A constituição brasileira, promulgada no final da década de 1980, ocorre mediante a contrarreforma do Estado (Bering 2008), em um momento em que o Estado Nacional cede às pressões neoliberais, em uma onda de privatizações e terceirizações das políticas sociais que assistimos ainda em curso, agora com a Reforma da Previdência. A educação no Brasil sempre foi um privilégio de quem possuísse as condições financeiras para acessá-la e até mesmo com os processos de independência e substituição de mão de obra escrava pela mão de obra assalariada, durante o século XIX, continuou sendo um privilégio de poucos. Com a industrialização a partir da década de 1930 e a necessidade de alguns saberes técnicos e básicos para as condições de trabalho dentro das fábricas, a educação pública não empreende uma educação para a autonomia e sim para a satisfação do capital e a formação de operários. O fato da educação privada sempre existir no Brasil e a falta de coragem de baní-la após a constituição e de privilegiá-la com uma política pública e social fundamental nos faz pagar alto preço nos dias atuais, tamanha é a dificuldade dos professores diante de um acúmulo na estagnação da educação e sua desvalorização como política pública.



Com essa breve reflexão, aceitamos a proposta de escrever sobre a educação, salientando nosso posicionamento em relação aos modelos atuais já existentes, as possibilidades já colocadas por vários autores e pesquisadores (podemos citá-los), objetivamos o quanto é desnecessário pensar em “alternativas” porque elas já existem e são muitas. Porém a superestrutura não nos permite alterar o modelo tradicional brasileiro da educação para o trabalho e não para a vida. Estamos cansadas (eu pelo menos) de culpabilizar professores, ou a má gestão, a falta de estrutura interna ou o não comprometimento dos alunos já que todos esses fatores estão diretamente ligados à forma como essa política pública é feita no Brasil, agravada pela “concorrência” com as redes privadas. As políticas sociais no Brasil não conversam e estão longe de andarem juntas, portanto torna-se injusto falar de educação quando não conseguimos garantir a saúde e a assistência, uma vez que também não há autonomia quando existe fome, doenças e falta de moradia. Se o Estado brasileiro não é capaz de garantir as necessidades básicas (nem as mínimas) torna-se impossível pensar em uma sociedade mais justa, igualitária e autônoma, principalmente se esse mesmo Estado entrega os direitos sociais na mão do capital financeiro através da privatização dessas políticas. Para o capital não interessa o desenvolvimento humano, o capital visa os lucros e para isso a exploração e a reprodução da classe trabalhadora é viável e conveniente que assim semantenha.

Palavras-chave: Educação, classes sociais, alienação, ideologia.